

## Maranhão participa de encontro nacional dos servidores da Cultura

Nessa segunda e terça-feira, 30 de junho e 1º de julho, servidores do Ministério da Cultura e de todas as suas vinculadas realizaram um Encontro Nacional Híbrido da categoria, com o objetivo de reforçar a mobilização e debater os rumos da luta pela criação do Plano de Carreira da Cultura (PCCult).

Representantes das cinco regiões do país participaram da atividade, que marcou um novo momento na mobilização pela criação do PCCult e no fortalecimento da organização da categoria.

Os servidores da Cultura no Maranhão também estiveram representados no evento por Cleber Carlos Xavier de Albuquerque (Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindsep, que contribuiu com reflexões, propostas e reafirmando o compromisso da base maranhense com a valorização das carreiras culturais e a construção de uma política pública sólida para o setor.

A partir do encontro, foram criados dois Grupos de Trabalho (GTs) para dar continuidade às ações:

Um GT Técnico, responsável pelo acompanhamento da construção do PCCult e o monitoramento da Reforma Administrativa;

E um GT de Articulação Política, voltado para a atuação junto ao Congresso Nacional, ao Ministério da Cultura (MinC) e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O GT Técnico terá como prioridade acompanhar o cronograma de trabalho do MinC e MGI para a construção da proposta do plano de carreira da Cultura. Esse acompanhamento se dará por meio de agendas com o MinC, de alinhamento e devolutiva das etapas já realizadas.

Neste sentido, a primeira orientação do grupo é que o MinC solicite, na próxima reunião com o MGI, informações mais detalhadas sobre a tabela salarial e sobre a previsão orçamentária para inclusão da carreira no PLOA de 2026.

Além disso, o GT irá elaborar um documento técnico respondendo aos pontos críticos

levantados pelo MGI na reunião de 30/06/2025 com o MinC, incluindo a análise das atribuições dos cargos de analista e técnico em políticas culturais, com o objetivo de aperfeiçoar a minuta existente e justificar a manutenção e valorização dessas funções.

O grupo também acompanhará o trabalho de diagnóstico conduzido pelo MinC, garantindo que todos os cargos ocupados por servidores admitidos por concurso público possam transitar para a nova carreira. Nesse processo, será defendida a incorporação das funções técnicas de comunicação social no escopo da nova carreira da Cultura.

Será também produzido um documento com justificativas para os cargos que, embora contêmham “técnico” na nomenclatura, exercem atividades finalísticas e especializadas. O grupo acompanhará ainda a resposta da COGEP do Iphan e do Ibram sobre as localidades relacionadas às bandas, tema que integra os debates técnicos para a estruturação da carreira.

## Governo sanciona lei que endurece pena para crimes em escolas

O governo federal sancionou a Lei nº 15.159, que endurece as penas para crimes cometidos dentro de instituições de ensino. A nova regra altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, classificando como agravantes o local do crime e a relação de autoridade do agressor sobre a vítima.

A medida é uma resposta ao aumento de ataques em escolas e

amplia a punição para homicídios e lesões corporais dolosas cometidos nesses espaços, especialmente contra pessoas com deficiência ou por agentes que tenham vínculo com a vítima.

### O que muda

A partir de agora:

- Homicídio e lesão corporal em escolas têm pena aumentada;
- Se a vítima for vulnerável ou o agressor tiver autoridade sobre

ela (como professores ou parentes), a pena pode ser ampliada em até o dobro;

- Lesões gravíssimas ou seguidas de morte passam a ser tratadas como crimes hediondos quando ocorrem em escolas.

A lei foi publicada hoje, 4 de julho, no Diário Oficial da União e já está em vigor.

Fonte: Congresso em Foco



## Nova lei sobre estrutura de carreiras dos servidores federais está no forno, mas ...

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) deve encaminhar ao Congresso Nacional, no segundo semestre, as primeiras propostas resultantes dos Grupos de Trabalho (GTs) criados para tratar de temas estruturais das carreiras do funcionalismo federal. Os GTs surgiram como alternativa para debater pontos que não foram incluídos na atual lei que garantiu os reajustes salariais firmados entre 2023 e 2024 com diversas categorias.

Apesar de a pasta não ter retornado à demanda feita pelo EXTRA, representantes sindicais confirmam que o governo planeja enviar entre agosto e outubro um novo instrumento legal ao Congresso Nacional com base nos consensos formados nesses espaços de debate.

De acordo com Sérgio Ronaldo, diretor-presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), os GTs foram instituídos justamente por-

que as mesas de negociação não deram conta de tratar de todos os temas considerados prioritários pelos servidores.

— Foram cerca de 17 grupos que se debruçaram sobre temas estruturais e que ficaram de fora da atual legislação — afirmou.

Ele explica que os GTs não têm caráter deliberativo ou de negociação direta. São espaços técnicos voltados à produção de estudos, análises e projeções sobre a administração pública federal. Quando há consenso entre representantes do governo e das entidades sindicais, as conclusões desses grupos podem subsidiar projetos de lei ou outras medidas administrativas.

### Foco em correção de distorções salariais

Entre os temas debatidos nos GTs estão mudanças em estruturas de cargos, regras de progressão funcional e ajustes em planos de carreira. A Condsef/Fenadsef defende que essas dis-

cussões são fundamentais para corrigir distorções salariais acumuladas ao longo dos últimos anos.

“Setores que no passado tiveram uma recomposição salarial menor continuaram com o mesmo tratamento nesse cenário, o que ampliou as desigualdades. Hoje temos mais de 250 tabelas salariais no Executivo. Pessoas com as mesmas atribuições recebem remunerações muito diferentes”, criticou Sérgio Ronaldo.

Apesar de reconhecer os avanços, como os cerca de 57 acordos firmados com o governo entre 2023 e 2024, a confederação ressalta que há um passivo histórico de demandas repressadas. A entidade considera necessário que as discussões avancem para a definição de diretrizes nacionais para planos de carreira que deem mais uniformidade e racionalidade à estrutura de cargos e salários do funcionalismo federal.

Fonte: Condsef



**Os desafios da Seguridade Social frente aos avanços da extrema direita no Brasil e no mundo**

CUT

## Trabalhadores em seguridade social definem plano de lutas para o próximo período

Defender a Previdência e os serviços públicos são prioridades do plano nacional de lutas aprovado no 9º Congresso da CNTSS/CUT

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)